



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centreville  
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **0002643-28.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
Requerente: **Thiago Pereira Maduro**  
Requerido: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**

**THIAGO PEREIRA MADURO** juizou ação contra **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, alegando em síntese, que celebrou contrato de seguro de vida em grupo, através da apólice nº 2374-9, mantida com a empresa Tech Lima Refrigeração, aduz ainda que sofreu grave lesão na coluna lombar, logo após foi diagnosticada hérnia discal protusa, com o quadro clínico agravado e incapacitado para o trabalho, requisitou a verba prevista em apólice de seguro perante a ré, tendo sido negativa. Assim, requer indenização permanente, parcial ou total pelo acidente, acrescidos juros e atualização monetária.

Citada, a ré contestou o pedido, argüindo que a patologia reclamada refere-se a doença, evento não amparado contratualmente, e que o autor vinha fazendo tratamento desde o ano de 2006 e este não comprova sua invalidez. Pedindo improcedência da ação.

Em réplica, o autor insistiu no acolhimento da pretensão inicial.

Realizou-se a perícia médica.

Em audiência de instrução e julgamento, nos debates orais as partes reiteraram seus pedidos.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O perito judicial, médico vinculado ao IMESC, examinou o autor e concluiu que padece de hérnia de disco lombar (fls. 122), compatível com patologia desencadeada ou agravada pelo acidente do trabalho alegado na petição inicial (v. fls. 124).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Com efeito, o autor alegou ter sofrido um acidente típico, durante o trabalho, ao carregar uma peça pesada (v. fls. 3).

Esse fato ensejou ação contra o INSS, em cujo processo a perita judicial também concluiu pela existência de incapacidade laborativa total e, naquela época temporária (fls. 28). Tal processo, de nº 1800/2010, tramitou perante este mesmo juízo e resultou na concessão do auxílio-doença de natureza acidentária, cuja fundamentação é possível transcrever em parte:

A perita judicial diagnosticou no autor lombociatalgia crônica à direita e discopatia degenerativa L5-S1 e concluiu que acarreta incapacidade total e temporária para a função de mecânico que exercia habitualmente, sem limitar para outras atividades laborativas em geral, carecendo de uma avaliação posteriormente ao procedimento cirúrgico prestes a acontecer (artrodese). Nada nos autos contradiz tal conclusão nem infirma a relação entre a incapacidade laborativa e o trabalho, mais especificamente com o acidente típico narrado na petição inicial e em função do qual o autor percebeu auxílio-doença anteriormente. Disse a perita judicial que o nexo é procedente quanto ao acidente sofrido em agosto de 2009 e o quadro que culminou em abaulamento discal L5-S1, embora realizados vários tratamentos clínicos e minimamente invasivos, ainda causam dor lombar com irradiação ao membro inferior direito (fls. 92). É oportuno deferir o auxílio-doença acidentário.

Sabe-se que o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou tal decisão:

Presentes o nexo causal e a redução da capacidade laborativa de forma parcial e temporária, possível a concessão do auxílio-doença acidentário, no caso, a partir da juntada do laudo (Recurso nº 0018009-15.2010.8.26.0566, Rel. Des. Ricardo Graccho, j. 12.11.2013).

Com os seguintes fundamentos:


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. Sorbone, 375, . - Centreville**
**CEP: 13560-760 - São Carlos - SP**
**Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br**

Analisando-se as provas produzidas nos autos, especialmente os documentos de fls. 30, 49, 52, 55 e o laudo pericial de fls. 89/93, a conclusão é a de que o caso comporta a indenização infortunistica.

Realizado o exame físico, a médica afirmou que o autor apresenta 'hipertonia lombar leve à esquerda e intensa à direita na região lombo-sacra em adição à leve hipotrofia da massa muscular em glúteo apenas à direita. A marcha e derivações apresentam-se claudicante à direita, que não obstante tratamento clínico farmacológico, bloqueios antálgicos e radiofrequência, não proporcionaram ao periciando alívio do quadro algico em região lombar e membro inferior direito decorrente do abaulamento discal L5-S1' (fls. 92).

Acrescentou, ainda, que referidas lesões geram uma redução da capacidade laborativa de forma parcial e temporária.

A perita confirmou o nexo causal entre o acidente noticiado e o quadro culminou com o abaulamento discal L5-S1.

Desta forma, possível a concessão do auxílio-doença acidentário.

A menção a tal processo vem para corroborar a conclusão tirada pelo IMESC, sobre a existência da incapacidade profissional e sua origem, decorrente que é não é uma simples doença, como alegou a contestante, mas de um episódio específico, um sinistro, um acidente do trabalho.

Anote-se que ao tempo da ação acidentária a incapacidade era total mas temporária, tanto que justificou a concessão do auxílio-doença, pendente tratamento cirúrgico naquela época (v. fls. 28).

A cirurgia aconteceu em novembro de 2011 (v. fls. 121).

*Levando em consideração os dados dos autos e a avaliação atual, o quadro patológico do autor é compatível com o tipo de patologia desencadeada ou agravada com o tipo de acidente referido, embora não apresente documento de CAT ou afastamento por auxílio-acidente pelo INSS (em verdade, existe afastamento sim).*

...


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*Do que se pode observar dos exames complementares que se seguiram não houve um agravamento na coluna do autor ou evolução progressiva da patologia com comprometimento de outros níveis a ponto de considerar a patologia como de cunho unicamente degenerativo.*

*Embora a patologia seja passível de tratamento sintomático, o autor não obteve melhora clínica apreciável a ponto de restabelecer sua capacitação profissional para retorno a sua atividade habitual neste período.*

*Capacidade laborativa parcial e permanentemente prejudicada. Total e permanentemente prejudicada para sua atividade habitual (laudo pericial do IMESC, fls. 124).*

O perito judicial, respondendo quesitos específicos, confirmou a existência da enfermidade e sua relação com o acidente sofrido pelo autor (fls. 125).

Pode parecer contraditório o laudo, ao aludir que a capacidade laborativa está parcial e permanentemente prejudicada, para em seguida afirmar que está *total e permanentemente prejudicada para sua atividade habitual* (fls. 124). Assim também ao responder quesitos específico, apresentado pelo réu. Confira-se fls. 98, quesito 2, e resposta a fls. 125.

Não há exatamente perda de algum membro ou função específica, que permita simplesmente transpor os percentuais da tabela preconizada pelo réu (fls. 47).

O que se indeniza no caso, por previsão da apólice e das condições gerais, é a *invalidez permanente total ou parcial por acidente* (v. fls. 63, últimas linhas, item 3.2.b).

O autor experimenta redução total e permanente da aptidão profissional, para o desempenho da atividade habitual, consoante esclareceu e respondeu o perito, o que induz o deferimento da indenização pelo valor total do capital segurado (v. fls. 11).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** a pagar para **THIAGO PEREIRA MADURO** a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com correção monetária e juros moratórios, estes contados desde a data da citação inicial, à taxa legal de 12% ao ano.

Responderá o réu pelas custas processuais e pelos honorários advocatícios da patrona do autor, fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.C.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centreville  
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

São Carlos, 29 de dezembro de 2013.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**